



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Ceas – CE
Rua Jaime Benévolo, nº 21 – 2º Andar – Salas 001/002 Bairro: Centro
Tels: (85) 98523-7649 98523-7414
CEP: 60.050-080 Fortaleza/CE
E-mail: ceas@sps.ce.gov.br [site: www.ceas.ce.gov.br](http://www.ceas.ce.gov.br)

29 ANOS DE CONTROLE SOCIAL DO SUAS

ATA DA 319ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO Ceas-CE

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte quatro, no horário das oito horas e trinta minutos, reuniu-se na Sala de Reuniões da Casa dos Conselhos, situada a Rua: Jaime Benévolo, 21 – 2º Andar – Bairro: Centro - Fortaleza/CE, o Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas-CE), sob a coordenação da Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, Presidente deste Conselho, representando a Secretaria da Proteção Social – SPS, da Vice-Presidente Elisângela Luzia Fernandes do Nascimento, representando os(as) Usuários(as), deu-se início a referida reunião **registrando as presenças dos(as) antigos(as) Conselheiros(as):** Francisca Eugênia Nogueira de Souza (Conselheira Titular – Secretaria de Educação – Seduc); Rute Almeida Teobaldo Mourão e Maria Rozelha Pontes Cunha (Conselheiras Titular e Suplente – Secretaria da Fazenda – Sefaz); Meire Celi Freitas de Aguiar (Conselheira Titular – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – Secitece); Mônica Pontes Aguiar (Conselheira Suplente em Situação de Titularidade – Casa Civil); Maria Luciene Moreira Rolim Bezerra (Conselheira Titular – Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de Assistência Social - Coegemas); Márcia Maria Sousa Monteiro da Silva (Conselheira Titular – Agência de Desenvolvimento Econômico e Social – ADES); Elizângela Pereira de Oliveira (Conselheira Suplente – Fundação Dr. Antônio Dias Macedo); Vilenilza Maria de Matos Calado (Conselheira Titular – Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará – APDMCE); Fernando Prado Araújo (Conselheiro Suplente – Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves – AMCTN); Vilani Vladia Mota Freitas (Conselheira Titular – Serviço Social do Comércio - SESC); Cristiane Martins Gomes da Silva (Conselheira Suplente – Sociedade para o Bem Estar da Família – Sobef); Jorge Luiz Pereira e Silva (Conselheiro Suplente em Situação de Titularidade - Conselho Regional de Psicologia – CRP – 11ª Região); Verônica Furtado Monteiro (Conselheira Titular – Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – 3ª região); Daniel Lima dos Santos (Conselheiro Suplente – Associação dos Servidores da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – Asstds); Erivânia Bernardino Cruz (Conselheira Titular – Ordem dos Brasil – Seção Ceará); José Albuquerque Costa (Conselheiro Suplente – Conselho Regional de Administrativo do Ceará – C.R.A – CE); Judite Freitas Mesquita (Conselheira Suplente - Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Camará do Município de Aquiraz/CE); Juliana Araújo Lima da Silva (Conselheira Titular – Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Maracanaú/CE); José Francisco Ramos da Silva (Conselheiro Suplente - Usuário do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Juazeiro do Norte/CE); Ana

43 Cristina Gomes Dias (Conselheira Titular - Usuária do Centro de Referência de Assistência Social –
44 CRAS do Bairro João XXIII do Município de Fortaleza/CE); Maria de Fátima Oliveira Silva
45 (Conselheira Suplente - Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Bairro
46 Bom Jardim do Município de Fortaleza/CE).**Registrou as ausências com justificativas dos(as)**
47 **Conselheiros(as) de:** Sandra Maria Ferreira de Moraes – Conselheira Suplente – Secretaria da
48 Proteção Social – SPS); Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha e Márcia Maria Soares Gurgel
49 (Conselheiras Titular e Suplente – Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag); Sandra Maria
50 Soares de Oliveira (Conselheira Suplente – Secretaria de Educação – Seduc); Talyta Alves Chaves
51 Lima (Conselheira Titular – Secretaria da Saúde – SESA); Ana Roberta Martins de Almeida
52 Xavier(Conselheira Suplente – Secretaria das Cidades); Juliana Hilário Maranhão(Conselheira Titular
53 – Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará – Sasec).**Registrou as Ausências sem**
54 **justificativas:** Juliana Alencar Moreira Borges (Conselheira Suplente – Secretaria da Saúde – SESA);
55 Andréa Maria Silva Oliveira (Conselheira Suplente - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação
56 Superior – Secitece);Krycia da Silva Laurentino(Conselheira Titular – Secretaria das Cidades); Regina
57 Estela Benevides Lima(Conselheira Titular – Casa Civil);Ticiania Ferreira Cândido França (Conselheira
58 Suplente – Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de Assistência Social – Coegemas). A
59 **Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, cumprimentou a todos(as), deu boas-vindas a nova Conselheira
60 representante do Coegemas, e as técnicas do Programa Criança Feliz Silvana de Matos Brito Simões
61 e Mariana Rodrigues Loiola; da Coordenadoria da Proteção Social Básica Maria Meirilene Lopes Brito;
62 da Coordenadoria da Gestão do SUAS Daniele da Silva de Lima, Meiriane Torres, Adriana Veras ; Ex-
63 Presidente do Ceas-CE Elizabeth Rodrigues. Da Coordenadoria da Gestão do SUAS Maria Meiriane
64 dos Santos Torres e as técnicas da Coordenadoria da Proteção Social Especial Rosana Cláudia P.
65 Lima e Iracy Alencar Castro, e desejou o melhor para o dia, colocando em seguida a pauta para
66 apreciação dos presentes com os seguintes pontos: **01. Abertura. 02. Aprovação da Ata da 318ª**
67 **Reunião Ordinária do Ceas-CE realizada no dia 10 de outubro de 2024. 03. Apresentação sobre o**
68 **Programa Primeira Infância no SUAS. 04. Debate. 05. Apresentação conhecimento da**
69 **Resolução CNAS/MDS nº 166, de 18 de setembro de 2024 que dispõe sobre os parâmetros**
70 **nacionais para atuação da Política Pública de Assistência Social no Sistema Único de**
71 **Assistência Social (SUAS) no atendimento às pessoas em sofrimento e/ou transtorno**
72 **mental.06. Debate e providências.07. Almoço.** Pauta aprovada, falou que é importante que
73 todos(as) participem das capacitações e que hoje, começava a capacitação introdutória para os
74 novos(as) Conselheiros(as) e que nos dias dezoito e dezenove do mês em curso, seria realizado uma
75 oficina Regionalizada sobre as Atualizações da Gestão Orçamentária e Financeira do Sistema
76 Único de Assistência Social e a II Reunião Ampliada e Descentralizada do Ceas com os
77 Conselhos Municipais de Assistência Social, que tem como objetivos orientar e nivelar sobre
78 o novo modelo de prestação de Contas, BB Ágil, bem como, o preenchimento do CENSO
79 SUAS – 2024, Programa Bolsa Família, Cadastro Único e PROCAD e os(as)
80 Conselheiros(as) serão convocados(as) para participar. Disse ainda que a referida oficina

81 será realizada na Escola do SUAS, unidade da SPS. E que seria importante que todos(as)
82 participassem. E que esse processo de capacitação será contínuo neste Conselho. Passando para
83 próximo ponto de pauta perguntou se poderia aprovar a Ata da 318ª Reunião Ordinária do Ceas-CE
84 realizada no dia 10 de outubro de 2024, se todos(as) concordavam com sua aprovação, sendo a mesma
85 aprovada por unanimidade dos presentes. Passando em seguida para a apresentação da Ex-
86 Secretária adjunta da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social -STDS, nova representante do
87 COEGEMAS, Maria Luciene Moreira Rolim Bezerra, passando a palavra a Conselheira Luciene
88 Bezerra. Com a palavra a Conselheira que está no Conselho para somar, e que estava feliz fazendo
89 parte do Conselho Estadual de Assistência Social- Ceas-CE, e espera poder contribuir. Agradeceu a
90 acolhida. **A Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, pediu para fazer uma rodada de apresentações
91 para o primeiro contato com a nova Conselheira, tendo os(as) Conselheiros(as), concordado e iniciado
92 suas apresentações. A Secretária Executiva do Ceas-CE, Tereza Serra, se apresentou e falou que fica
93 feliz em ver a mesa cheia de Conselheiros(as) e que isso é muito bom para o Ceas-CE, agradecendo
94 a todos(as). Disse ainda que essa é uma política que acredita mesmo com os resultados ainda sendo
95 pequenos. “ tirando uma família do sofrimento já valeu a pena” Parabenizou a Conselheira Luciene
96 Bezerra por sua indicação de participação no Ceas-CE. Deu boas-vindas e agradeceu a todos(as),
97 falando que existem pessoas muito boas nesse Conselho. Alias, todos(as) são muito bons. **A**
98 **Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, deu boas-vindas às convidadas a Coordenadora do Programa
99 Silvana Simões e a técnica Mariana Loyola em seguida, passou a palavra à Silvana Simões. A técnica
100 da Coordenadoria do Programa Primeira Infância no Suas – Criança Feliz da SPS,
101 cumprimentou a todos(as), fez sua auto descrição, parabenizou o novo Colegiado e iniciou a
102 apresentação do Programa Primeira Infância no Suas/Criança Feliz-PCF-Ceará com o Marco Legal
103 da **Primeira Infância- Lei nº 13.257, de 2016, Marco Legal da Primeira Infância**; Decreto nº 8.869,
104 de 2016, **Criação do Programa**; Resoluções do CNAS nº 19, de novembro de 2016 – **Institui o**
105 **Programa no SUAS**; **Portaria nº 664**, de novembro de 2021, **Consolidação do Programa**;
106 **Resolução CNAS nº 117**, de agosto de 2023, **Reordenamento do Programa nº 13.257(de 2016), os**
107 **objetivos do Programa Criança Feliz**. Informou que o Público e da Periodicidade das Visitas
108 Domiciliares inseridos no Cadastro Único, tendo a gestante prioridade nesse Programa da Primeira
109 Infância, pois os cientistas comprovam que tudo o que acontece com a criança na Primeira Infância
110 causa impacto no resto de sua vida, e que são atendidas duas vezes por mês. Crianças de 0 a 36
111 meses (BPC), que são atendidas 4 vezes por mês e crianças 37 a 72 meses (BPC), que são
112 atendidas 2 vezes por mês. Em seguida falou da (Portaria nº 664/2021) que altera o cálculo de
113 repasse conforme a proporção de visitas realizadas. E que o Programa é intersetorial, com visitas
114 domiciliares que estão sendo reordenadas pelo Governo Federal e integração das políticas públicas. A
115 periodicidade das visitas são com pessoas inscritas no Cadastro Único. Disse ainda que a
116 metodologia tem sido exitosa. Nesse momento a **Conselheira Luciene Bezerra**, indagou quem faz as
117 visitas domiciliares? A Coordenadora Silvana Simões respondeu que o Programa está sendo
118 reordenado, e que as famílias atendidas são do Cadastro Único. E que as visitas acontecem duas

119 vezes por semana. Tem também como público as crianças afastadas do convívio familiar e isso é uma
120 lacuna no Programa, pois não conseguem atender todas as crianças que estão nas unidades de
121 acolhimento. Fizeram um plano piloto no ano de dois mil e vinte, quando foi feito um ajuste na
122 metodologia para trabalhar com as crianças nas unidades de acolhimento. E que foi uma experiência
123 exitosa, e que existem provas que deu certo. Disse ainda que estão pedindo para levar a metodologia
124 ajustada, e que isso ainda é uma luta do SUAS. Apresentou os atores envolvidos(as) na
125 execução/acompanhamento do Programa: Coordenador Estadual (Profissional de nível superior, com
126 experiência em gestão de programas e/ou projetos, bem como na articulação dos serviços
127 socioassistenciais e das políticas setoriais no território); Multiplicadores (No Estado a referência é de 6
128 profissionais. Resolução CNAS nº 17/2011- Preferencialmente psicólogo, assistente social, terapeuta
129 ocupacional e pedagogo); Coordenador Municipal (Graduação, Habilidades de liderança, comunicação
130 e sistemas); Supervisor(obrigatório) Técnico de nível superior: Resolução CNAS nº 17/2011
131 Preferencialmente psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional e pedagogo); visitador- Técnico
132 de nível médio (obrigatório) (Técnico de nível médio: Resolução CNAS nº 09/2014 – Educador
133 social/orientador social. Técnico de nível Superior: Resolução CNAS nº 17/2011. Informou que quem
134 lhe convidou para trabalhar como Coordenadora nesse Programa foi a Conselheira Luciene Bezerra
135 que era sua chefe na Secretaria. A **Conselheira Luciene Bezerra** falou que na época esse Programa
136 surgiu com muitas polêmicas à nível nacional. A Coordenadora Silvana Simões, falou que na época
137 tinha uma Secretaria chamada Primeira Infância e que hoje está tudo na Secretaria Nacional de
138 Assistência Social - SNAS. E que devido a grande precarização no trabalho nos dias de hoje, o
139 Programa conta com visitantes com nível superior. A **Conselheira Meire Aguiar** perguntou sobre
140 uma nova norma de acolhimento. A Coordenadora Silvana Simões, falou que é uma norma do Estado
141 e que esse sistema ainda não se adequou, mas já está sendo efetuado. E que precisa pensar como
142 fazer pois o governador já está vendo a transferência de renda. A **Conselheira Luciene Bezerra**
143 perguntou quanto? A Coordenadora Silvana Simões respondeu que depende da meta, pois cada
144 município tem uma meta. A **Conselheira Erivânia Bernardino** perguntou se é custeio? A
145 Coordenadora Silvana Simões respondeu que todo o custeio é federal e que a equipe só pode ser
146 considerada quando é capacitada, e que sessenta por cento dos recursos é gasto com a equipe de
147 referência do Programa. Primeiro capacitam para depois executar. Disse ainda que o governo federal
148 capacita os estados e os estados capacitam os municípios. Informou que no estado do Ceará existem
149 cerca de 3(três) mil, mas a política se fragiliza pela grande rotatividade dos profissionais, causando
150 uma descontinuidade nos serviços. “Sem a metodologia não há como fazer a visita com qualidade”.
151 Informou que o estado criou uma plataforma para capacitação dos profissionais. A **Presidente do**
152 **Ceas-CE, Célia Melo**, pediu a palavra para lembrar que a visita domiciliar não é acompanhamento
153 familiar, e que é uma técnica da assistência social para o acompanhamento familiar e que isso não
154 pode ser confundido. A **Conselheira Luciene Bezerra**, parabenizou a importância de todos os
155 Programas e agradeceu o suporte do Programa Primeira Infância. “Isso foi muito bom para nós e eu
156 quero registrar.” A Coordenadora Silvana Simões, falou que a visita domiciliar tem objetivos

157 específicos e jamais seria o acompanhamento familiar. Disse ainda que o reordenamento do
158 Programa de acordo Resolução CNAS- Pactuações Específicas em seu artigo 7º diz que o
159 reordenamento do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz se dará gradativamente,
160 garantindo o orçamento específico aos estados e municípios para a manutenção do atendimento às
161 crianças e gestantes, e considerará as pactuações específicas dos seguintes temas no âmbito da
162 Comissão Intergestores Tripartite – CIT: **I. metodologia e Educação Permanente; II. equipes e**
163 **metas; III. Financiamento; IV. intra e intersetorialidade; V. gestão e governança; VI.**
164 **monitoramento e avaliação.** E que § 1º as pactuações inerentes aos temas de que tratam o caput
165 serão efetivadas por meio de cronograma a ser definido pela Câmara Técnica Primeira Infância no
166 SUAS/Criança Feliz. No § 2º a finalização do reordenamento se dará a partir da conclusão das
167 pactuações dos temas elencados no caput. Mas são 7(sete) instrumentos de acompanhamento para
168 cada família. Falou ainda da preservação/ arquivamento de todos os documentos relacionados a
169 política para ser repassado para os próximos gestores. “ Vi documentos que falam que foi a primeira
170 vez que a política chegou à família. Isso é muito importante!” E que todo e qualquer acompanhamento
171 deve sair dos CRAS. A **Conselheira Fátima Oliveira** falou sobre a busca ativa das famílias. Se uma
172 Associação observar que no território tem uma família que precisa de ajuda, a escola também pode
173 ajudar na indicação junto ao CRAS? A Coordenadora Silvana Simões, informou que houve um
174 problema de acumulação de funções e que isso gerou polêmicas. E que na mudança de Prefeito já foi
175 organizado no sistema. A **Conselheira Fátima de Oliveira** falou que a escola tem como saber quem
176 precisa de ajuda e pode indicar. A Coordenadora Silvana Simões, respondeu que a escola sim pode
177 encaminhar. Em seguida perguntou se a explicação foi clara e falou que pode ser discutido. “Informou
178 ainda que saiu uma avaliação negativa feita com pesquisa por telefone, mas hoje está em processo
179 de reordenamento. A câmara técnica trabalhou muito na metodologia ajustada. E que estão
180 esperando resolver a questão orçamentário”. Falou que hoje, o modelo de governança é por meio dos
181 Comitês. Disse ainda que os desafios no processo do reordenamento do Programa Criança Feliz para
182 o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Crianças de 0 a 6 anos e gestantes são:
183 **Aprimorar e atualizar a metodologia** do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para
184 Crianças de 0 a 6 anos e gestantes; **Produzir orientações técnicas para formação/qualificação**, a
185 partir do reordenamento metodológico do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para
186 Crianças de 0 a 6 anos e gestantes; **Construir e aprovar orientações técnicas para os serviços da**
187 **PSB** (ex: PAIF, SCFV), considerando a inclusão do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio
188 para Crianças de 0 a 6 anos e gestantes; Incluir o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio na
189 modalidade Crianças de 0 a 6 anos e gestantes na **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**;
190 Construir e aprovar o desenho da equipe do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para
191 Crianças de 0 a 6 anos e **atualizar a NOB/RH/SUAS – 2006.** E que a metodologia e educação
192 permanente, equipes e metas, financiamentos, intra e intersetorialidade, Gestão e Governança,
193 monitoramento e avaliação são perfeitos mas os planos não são perfeitos mas, tem feito o
194 acompanhamento. A **Conselheira Rute Mourão** questionou sobre o orçamento. Está sem orçamento?

195 Não está definido? A Coordenadora Silvana Simões disse que o orçamento vai ser aprovado até o
196 mês de dezembro de dois mil e vinte quatro. E que estão fazendo o reordenamento para incluir no
197 orçamento de dois mil e vinte cinco, que ainda será aprovado nesse ano, em dois mil e vinte quatro.
198 Informou que hoje, os recursos estão reduzidos e que o Programa precisa ter recursos para pagar as
199 equipes e o serviço de domicílio funcionar. A técnica do Programa Mariana Loyola informou que uma
200 das obrigações dos municípios é fazer o acompanhamento e que sempre estão produzindo
201 conhecimentos. A **Conselheira Erivânia Bernardino** falou que hoje 2(duas) faculdades utilizam desse
202 conhecimento. A Coordenadora Silvana Simões por fim, ao encerrar a apresentação, leu uma farse
203 que dizia “se mudarmos o começo da história, mudamos a história toda” e agradeceu a oportunidade.
204 **A Conselheira Luciene Bezerra**, falou que é interessante ter o cofinanciamento. **A Presidente do**
205 **Ceas-CE, Célia Melo**, falou que a obrigação do estado o serviço, depois se discute o
206 cofinanciamento. E que a união ainda não tem recurso para isso. “Depois discutimos” Em seguida,
207 perguntou se algum gostaria de se manifestar ? Quem tivesse alguma dúvida. **O Conselheiro Jorge**
208 **Silva** questionou sobre o financiamento. A diferença entre serviço de convivência e dos serviços. O
209 serviço vai vir para o CRAS? Como será o serviço de convivência? O serviço de convivência não está
210 a contento. “Precisamos conversar isso para saber como será a assistência social”. O reordenamento
211 vem como? A Coordenadora Silvana Simões respondeu que o serviço é para a infância. Tem que ter
212 recurso também para a pessoa idosa e a pessoa com deficiência. Tem que ter equipe. Mas, que não
213 estão conseguindo fazer nem dez por cento das famílias prioritárias e por isso está sendo reordenado.
214 **O Conselheiro Jorge Silva** falou da importância de se ter um cofinanciamento, sem cofinanciamento
215 o serviço fica sem acontecer. A Coordenadora Silvana Simões, falou que há muito problema com a
216 contratação.“Se tem problemas com os(as) servidores(as) imagine com os(as) terceirizados(as)”. **A**
217 **Conselheira Luciene Bezerra** falou que o foco não deve ser somente na criança, mas na família para
218 o fortalecimento de vínculos. **A Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, disse que as falas foram
219 importantes mas, que a educação não substitui a Assistência Social, são políticas diferentes. É
220 diferente o trabalho da creche e o trabalho do Programa Criança Feliz e que futuramente o Colegiado
221 pode ver isso numa capacitação. E que o Programa Mais Infância Ceará fortalece o serviço. E que o
222 estado do Ceará universalizou todo o serviço do PAIF-Proteção de Atendimento Integral à Família
223 para o acompanhamento familiar. A família nunca deixa de ser referenciada ao CRAS no território. Por
224 fim, disse que o Colegiado vai ver tudo isso numa futura capacitação, agradecendo a apresentação da
225 Coordenadora Silvana Simões, e passou a palavra para as considerações finais A Coordenadora
226 Silvana Simões disse que é importante aprofundar todo o reordenamento em outra capacitação. **A**
227 **Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, falou que não dá para iniciar agora o aprofundamento. A
228 Coordenadora Silvana Simões respondeu que os recursos estão curtos. “ Precisamos continuar na
229 luta. A gente faz o melhor que pode”. Mais uma vez agradeceu. **A Presidente do Ceas-CE, Célia**
230 **Melo**, falou que vão ver o financiamento nas capacitações. Por enquanto, não foi deliberado. Informou
231 ainda que a Escola do Suas foi inaugurada para capacitar os(as) trabalhadores(as) do SUAS. Ao se
232 referir a apresentação da Coordenadoria disse que foi objetiva, apenas para ter uma noção. E a

233 equipe da Escola está sendo formada e teremos outras capacitações. Apresentou Pedro Neto
234 (Administrador da Unidade da SPS, Laura Maria Tavares Bezerra (Diretora da Escola do Suas) e
235 Rayssa Simões Colares (Assessora da Escola do Suas). E que ainda terão outros membros para
236 assumir. São pessoas que vão qualificar. Atualmente, a Escola é para todos(as) que trabalham no
237 Suas. **A Conselheira Erivânia Bernardino** parabenizou a todos(as) e falou da demanda sobre a
238 necessidade de vagas reservadas no estacionamento para os(as) Conselheiros(as) participarem das
239 reuniões do Ceas-CE. Afirmando que é somente uma vez no mês e isso seria um carinho para os(as)
240 Conselheiros(as). **A Secretária Executiva do Ceas-CE, Tereza Serra**, informou que já houve assalto
241 no carro da Conselheira Rute Mourão, deixando o prejuízo de um pneu, e que desde a mudança do
242 Ceas-CE para esse espaço, solicitou a SPS um espaço para o estacionamento aqui na frente mas,
243 que nunca foi atendida. Espera que agora com o Sr. Evandro Leitão na Prefeitura isso possa vir se
244 concretizar. O Administrador da Unidade Pedro Neto, falou que a administração está tentando
245 conseguir um espaço nosso. É isso que a gente quer. **A Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, iniciou
246 uma apresentação da Resolução CNAS/MDS nº 166, de 18 de setembro de 2024 que dispõe sobre os
247 parâmetros nacionais para atuação da Política Pública de Assistência Social no Sistema Único de
248 Assistência Social (SUAS) no atendimento às pessoas em sofrimento e/ou transtorno mental. A
249 Presidente iniciou sua apresentação falando os Parâmetros nacionais para atuação da Política Pública
250 de Assistência Social no atendimento às pessoas em sofrimento e/ou com transtorno mental, em
251 processo de desinstitucionalização de alas ou instituições congêneres de custódia, tratamento
252 psiquiátrico e para aquelas que requerem cuidados prolongados e intensivos em saúde, e suas
253 famílias (BASE: Resolução CNJ nº 487 de 2023). Competências dos Estados, do Distrito Federal e
254 dos Municípios: participar das instâncias de articulação e diálogo intersetorial e interinstitucional,
255 contando com a participação de representantes dos sistemas de saúde, de justiça e demais atores do
256 sistema de garantia de direitos, visando a troca de informações, estabelecimentos de protocolos e
257 fluxos, definição de parcerias, e a regulamentação de serviços e ações integradas, ancorados nos
258 parâmetros, nas diretrizes e nos princípios nacionais, nas normativas e nas orientações técnicas das
259 áreas; desenvolver ações conjuntas, articuladas e cooperadas para a garantia dos direitos das
260 pessoas com sofrimento e/ou transtorno mental, em processo de desinstitucionalização de alas ou
261 instituições congêneres de custódia, tratamento psiquiátrico e para aquelas que requerem cuidados
262 prolongados e intensivos em saúde; cofinanciar serviços socioassistenciais, para assegurar a
263 proteção social dos indivíduos e famílias; e planejar, monitorar e avaliar as ações realizadas e os
264 resultados alcançados, e submeter à apreciação das instâncias de pactuação e de deliberação do
265 SUAS. Em seguida falou da **ATUAÇÃO DO SUAS**: prover serviços, programas, projetos, e benefícios
266 socioassistenciais e de transferência de renda, destinados a indivíduos e famílias em situação de
267 vulnerabilidade e risco pessoal e social, de acordo com as normativas do SUAS. Proceder a inclusão
268 e a atualização dos dados no Cadastro Único para o acesso a Programas e Benefícios Sociais do
269 Governo Federal. E o que **NÃO COMPETE À POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**: suprir
270 a ausência de serviços substitutivos aos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, serviços de

271 atenção e assistência em saúde mental e de cuidados prolongados e intensivos em saúde, manejo de
272 crises e a administração de medicamentos que requerem habilitação específica em enfermagem e/ou
273 medicina, ressalvados os medicamentos básicos, de uso comum. Utilizar recursos da Política Pública
274 de Assistência Social para custear serviços ou vagas em organizações e/ou entidades que não
275 ofertem serviços socioassistenciais, a exemplo da rede complementar de saúde e congêneres. Disse
276 ainda que se o Ceas-CE for acionado pode ser respaldado pela Resolução. Os Programas são os que
277 estão nas normativas do SUAS. A atuação do SUAS é de acordo com cada caso. **A Conselheira**
278 **Luciene Bezerra**, falou que as atribuições da assistência social são específicas. E que a principal
279 dificuldade de voltar para casa é a ruptura de vínculo. Informou que no estado não tem residências
280 terapêuticas para atender a demanda. Por mais que as outras políticas façam chega à assistência
281 social. “Onde colocaremos essas pessoas? É muito complexo. Há pessoas que estão completamente
282 desprovidas. Não é fácil”. **A Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, disse que a política tem atribuições
283 mas, não pode substituir a atribuição de outra política. “Esse é um trabalho intersetorial, mas se
284 precisa saber quais são as atribuições da assistência social. Precisa-se fazer um estudo da família e
285 qual é o papel da assistência social que é a única política com Resolução mostrando o que não
286 compete. Há competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Por
287 isso, se precisa conhecer essas normativas nas capacitações. Na política, nas equipes de referências
288 tem Psicólogos, mas não tem Psiquiatra. **A Conselheira Ana Cristina Dias** falou que já morou em
289 abrigo. “Há pessoas morando lá sem assistência da saúde”. **A Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**,
290 falou que nenhuma política substitui a outra política. O serviço é regionalizado. “Precisamos cumprir as
291 nossas responsabilidades”. Disse ainda que apresentou apenas o resumo, mas que o Ceas-CE
292 passará por uma capacitação para conhecer todas as normativas. Em seguida, abriu espaço para o
293 debate. **A Conselheira Judite Freitas** falou que em manicômio tem todo tipo de gente e que é muito
294 difícil o controle. **A Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, falou que é necessário organizar a ordem de
295 falar passando a palavra para a Conselheira Luciene Bezerra. **A Conselheira Luciene Bezerra**, falou
296 que a internação acontece de forma voluntária, involuntária (quando a família assina como
297 responsável) ou compulsória (com ordem judicial). A equipe é quem avalia. **A Conselheira Meire Celi**
298 **Aguiar** perguntou quem cuida da Casa dos Idosos? **A Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, disse que
299 depende e que é necessário passar por avaliação. E que tudo tem que ser avaliado e controlado.
300 Disse ainda que “ estamos vendo uma parte introdutória. É necessário um protocolo da saúde, justiça,
301 assistência social. Não podemos assumir a função de outra política”. **A Conselheira Márcia Monteiro**
302 falou sobre os fluxos e atribuições no ambiente local. “Ficamos preocupados com a execução dos
303 serviços. Precisamos ver como não fragilizar a Assistência social e que o parágrafo terceiro da
304 resolução me preocupa”. **A Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, respondeu que é preocupante, mas
305 não se pode acolher sem o suporte da saúde. Recordando que antes se recebia tudo, mas agora se
306 pode dizer que não é uma atribuição da política de assistência social. A saúde também precisa
307 investir. E que isso é uma questão muito séria. **A Conselheira Erivânia Bernardino** falou sobre o
308 Artigo 5º parágrafo 1º. Se uma pessoa cometeu um crime, uma das condições, se não tem vínculo,

309 pode ser solicitar o atendimento do SUAS. A **Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, falou que o Poder
310 Judiciário precisa fazer os fluxos. E que essa Resolução foi o melhor até o momento. E que depois de
311 agosto iniciou os novos fluxos. E que é algo introdutório o que estão fazendo e que esses fluxos
312 precisam ser definidos. A **Conselheira Ana Cristina Dias** falou que hoje em dia há pessoas de todo
313 tipo nas ruas. E que é muito complicado e que isso deve ser bem avaliado. A **Conselheira Vlândia**
314 **Freitas** falou que “até nós que somos capacitados passamos por muitas dificuldades. Sabemos que a
315 legislação é complicada. Será que o fluxo vai acontecer”? A **Conselheira Verônica Furtado** falou que
316 é preocupante. E que muitos municípios passam por esse problema. E que todos(as) sabem que isso
317 está longe de ser superado. Como vamos dizer não para um oficial de justiça? A **Conselheira Rute**
318 **Mourão** perguntou onde está a justiça? Onde está a segurança e onde nós ficamos? Falou que
319 vivemos em tempos de muita violência com o tráfico de drogas. A **Conselheira Judite Freitas** falou
320 que o SAMU atende com o Psiquiatra e perguntou se o SUAS também vai atender com Psiquiatra? A
321 **Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, falou que o SUAS vai atuar junto à responsabilidade das outras
322 políticas. Deve fazer o acolhimento de acordo com as responsabilidades da política. A **Conselheira**
323 **Márcia Monteiro** falou que a Resolução veio para o conhecimento e perguntou quando vai valer ? A
324 **Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, falou que a Resolução já está em vigor, valendo. E que agora
325 está sendo feito a construção do fluxo e por isso precisa-se conhecer. A **Conselheira Luciene**
326 **Bezerra**, falou que a assistência social se dá em rede. A pessoa doente mental tem seus direitos. E
327 que é necessário fazer a leitura dessa pessoa, pois ela só pode ser inserida na sociedade com o
328 apoio da família. A **Conselheira Rozelha Pontes** falou que precisa estar atentos e em seguida
329 perguntou se pode ser incluído algo no fluxo? A **Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, falou que será
330 colocado somente o que é da Política de Assistência Social. A **Conselheira Verônica Furtado** falou
331 que a pessoa também pode se recusar a ser atendida. A **Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, falou
332 que a cada qual é ofertado conforme o seu perfil. A **Conselheira Luciene Bezerra**, falou que a oferta
333 é feita de acordo com cada caso. A **Presidente do Ceas-CE, Célia Melo**, informou que seria servido
334 o almoço, e depois haveria o retorno para uma capacitação. E que no primeiro momento será
335 apresentado a Gestão do Suas. E disse ainda que nem todo município pode ser vinculado a uma
336 regional. E que se precisa fazer a defesa dos direitos socioassistenciais. “O ser humano é complexo e
337 as políticas são incompletas. Precisamos fazer o nosso papel. Falou das competências da Assistência
338 Social, financiamento, instâncias do Suas.” Nada mais havendo a declarar a Presidente do Ceas-CE
339 deu por encerrada a presente reunião, agradecendo as presenças de todos(as) e eu, Maria Tereza de
340 Araújo Serra, lavei a presente ata que após de lida e aprovada, será assinada por todos(as) os(as)
341 presentes. Fortaleza/CE, 04 de novembro de 2024.

CÉLIA MARIA DE SOUZA MELO LIMA
Presidente do Ceas-CE
Secretaria da Proteção Social – SPS

ELISÂNGELA LUZIA FERNANDES DO
NASCIMENTO
Vice-Presidente do Ceas-CE
Usuária do Centro de Referência de Assistência
Social do Município de Maracanaú/CE

<p>FRANCISCA EUGENIA NOGUEIRA DE SOUZA Conselheira Titular do Ceas-CE Secretaria de Educação - Seduc</p>	<p>RUTE ALMEIDA TEOBALDO MOURÃO Conselheira Titular do Ceas-CE Secretaria da Fazenda – Sefaz</p>
<p>MARIA ROZELHA PONTES CUNHA Conselheira Suplente do Ceas-CE Secretaria da Fazenda – Sefaz</p>	<p>MEIRE CELI FREITAS DE AGUIAR Conselheira Titular do Ceas-CE Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - Secitece</p>
<p>MÔNICA PONTES AGUIAR Conselheira Suplente em Situação de Titularidade do Ceas-CE Casa Civil</p>	<p>MARIA LUCIENE MOREIRA ROLIM BEZERRA Conselheira Titular do Ceas-CE Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de Assistência Social - Coegemas</p>
<p>MÁRCIA MARIA SOUSA MONTEIRO DA SILVA Conselheira Titular do Ceas-CE Agência de Desenvolvimento Econômico e Social - ADES</p>	<p>ELIZÂNGELA PEREIRA DE OLIVEIRA Conselheira Suplente do Ceas-CE Fundação Dr. Antônio Dias Macedo</p>
<p>VILENILZA MARIA DE MATOS CALADO Conselheira Titular do Ceas-CE Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará - APDMCE</p>	<p>FERNANDO PRADO ARAÚJO Conselheiro Suplente do Ceas-CE Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves - AMCTN</p>
<p>VILANI VLADIA MOTA FREITAS Conselheira Titular do Ceas-CE Serviço Social do Comércio - SESC</p>	<p>CRISTIANE MARTINS GOMES DA SILVA Conselheira Suplente do Ceas-CE Sociedade para o Bem Estar da Família - Sobef</p>
<p>JORGE LUIZ PEREIRA E SILVA Conselheiro Suplente em Situação de Titularidade do Ceas-CE Conselho Regional de Psicologia – CRP – 11ª Região</p>	<p>VERÔNICA FURTADO MONTEIRO Conselheira Titular do Ceas-CE Conselho Regional de Serviço Social – Cress – 3ª Região</p>
<p>DANIEL LIMA DOS SANTOS Conselheiro Suplente do Ceas-CE Associação dos Servidores da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - Asstds</p>	<p>ERIVÂNIA BERNARDINO CRUZ Conselheira Titular do Ceas-CE Ordem dos Advogados do Brasil – Secção Ceará</p>
<p>JOSÉ ALBUQUERQUE COSTA Conselheiro Suplente do Ceas-CE Conselho Regional de Administração do Ceará- C.R.A/CE</p>	<p>JUDITE FREITAS MESQUITA Conselheira Suplente do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Camará do Município de Aquiraz/CE</p>
<p>JOSÉ FRANCISCO RAMOS DA SILVA Conselheiro Suplente do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Juazeiro do Norte-CE</p>	<p>ANA CRISTINA GOMES DIAS Conselheira Titular do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Bairro João XXIII do Município de Fortaleza/CE</p>
<p>MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SILVA Conselheira Suplente do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Bairro Bom Jardim do Município de Fortaleza/CE</p>	<p>MARIA TEREZA DE ARAÚJO SERRA Secretária Executiva do Ceas-CE</p>